



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 1 • 20/02 a 05/03/10 • ISSN1809-6182

Análise

22/02/2010 - O G20 como nova proposta a uma nova ordem econômica mundial: A crise financeira abriu espaço para a emergência dos emergentes?.....p.01

O grupo das 20 maiores economias do mundo tem se encontrado com mais regularidade e seriedade desde o início da crise econômica de 2008. A partir desse momento, a mídia internacional tem noticiado cada vez mais as decisões firmadas por esse grupo. Isso se deu especialmente pela importância dada ao grupo pelos seus próprios membros, que lidam com esse grupo como sendo uma nova solução para a administração da economia global.

Resenha

22/02/2010 - O Mundo Pós-Americano do Fareed Zakariap.05

Composto por argumentos consistentes, dados precisos e análises instigantes, Fareed Zakaria apresenta em seu livro a perspectiva de uma conjuntura internacional que se distancia do senso comum defensor de relações antiamericanas, mas propõe um quadro no qual a “ascensão do resto” imprime a configuração de um mundo pós-americano.

O G20 como nova proposta a uma nova ordem econômica mundial: A crise financeira abriu espaço para a emergência dos emergentes?

Análise
Economia e Comércio

Marina Scotelaro de Castro
22 de Fevereiro de 2010

O grupo das 20 maiores economias do mundo tem se encontrado com mais regularidade e seriedade desde o início da crise econômica de 2008. A partir desse momento, a mídia internacional tem noticiado cada vez mais as decisões firmadas por esse grupo. Isso se deu especialmente pela importância dada ao grupo pelos seus próprios membros, que lidam com esse grupo como sendo uma nova solução para a administração da economia global.

Ao longo do ano de 2009, os líderes do G20¹, grupo das maiores economias do mundo, se encontraram em Londres, Reino Unido (abril), em Pittsburgh, Estados Unidos (setembro) e em Saint Andrews, Escócia (novembro). Em todas as reuniões ministeriais os documentos apresentaram semelhanças quanto à necessidade de se estimular o crescimento global e diminuir medidas protecionistas ao comércio. Ainda que existam impasses entre os membros do G20, é possível perceber que este grupo já se posiciona em conjunto quando o que está em jogo é a estabilidade da ordem econômica mundial.

Com frequência nos últimos meses, os líderes mundiais envolvidos nessas reuniões têm proferido o discurso que o G20 irá substituir o antigo G8², grupo dos “oito países mais poderosos do mundo”³. Pro-

blemas de representatividade e de efetividade de políticas econômicas, reconfigurações no poder econômico e de influência dos membros do G8 são alguns dos desafios enfrentados por este grupo. O G20 pode ser uma solução a tais questões, visto que, juntos, estes países detêm 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial e dois terços da população do planeta.

Entretanto, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pelo G20 para que se concretize como fórum permanente dos líderes da economia mundial. Dentro do grupo estão países bem diferentes quanto ao grau de desenvolvimento, o que leva a uma diferenciação de objetivos. Políticas nacionais dificilmente serão deixadas de lado por uma ação coletiva que gere custos aos mesmos; contudo, nota-se esforço por parte dos vinte países em coordenar políticas econômicas que beneficiem a ordem mundial como um todo.

O que dos acordos já foi aplicado

Uma das principais insuficiências do G20 ainda gira em torno da questão de regulamentações, que gera várias divergências

¹ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Federação Russa, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, República da Coreia, Turquia e União Européia.

² Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Federação Russa.

³ Definição de Hugo Dobson, em seu livro “The

Group of 7/8”, da Coleção *Global Institutions*, editora Routledge.

entre os membros. Em tal tópico, ainda não foi alcançado o método correto para regulação de investimentos (os 'fundos hedge'), devido às posições contrárias entre Estados Unidos e União Européia, que defendem supervisão e flexibilização, respectivamente.

A reforma de cotas e votos no FMI ainda é uma questão delicada, sem muita concordância entre os membros. A reconfiguração da distribuição de poder mundial tem demandando uma reorganização do poder de países subrepresentados no FMI, mas o valor exato da porcentagem a ser realocada ainda é indefinido pela falta de consenso entre os membros.

Uma das medidas definidas pelo grupo era de fornecer uma alta quantia para instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial, para aumentar os fundos de empréstimos, úteis principalmente para os países em desenvolvimento e para aqueles afetados pela crise econômica atual. Pode-se considerar tal meta parcialmente cumprida, visto que nem todo dinheiro prometido foi de fato alocado para essas organizações (cerca 20% dos 250 bilhões de dólares).

Outro acordo parcialmente cumprido foi aquele que previa uma ajuda trilionária às próprias economias dos membros do grupo, para estimular o crescimento dos mesmos. O obstáculo em torno disso remete ao problema do endividamento dos países em decorrência da crise, o que desviaria os recursos para sanar seus problemas de recessão.

A área que teve o maior avanço foi no combate aos paraísos fiscais. Como os governos precisam aumentar suas arrecadações para ajudar no combate à recessão, os novos padrões fiscais implementados tiveram sucesso entre os membros⁴.

⁴ Para países não-membros, os impactos positivos variam segundo a implementação das medidas referentes a padrões fiscais. Aqueles cujas medidas foram insuficientes já concordaram em cooperar com o G20 neste item.

Por fim, o G20 criou o Comitê de Estabilização Financeira com intuito de incentivar a cooperação e a regulação internacional. Este órgão tem como função elaborar princípios comuns que possam ser seguidos por vários países a fim de tornar o sistema financeiro mais forte frente a novas crises. Mesmo que tenha sido efetivamente acordado, resta saber em que medida as regras serão de fatos seguidas pelos países dentro de suas legislações nacionais.

Mudanças na distribuição do poder mundial?

Criado em 1999 com a finalidade de articular respostas à crise asiática do período, o G20 tinha como intenção ser um grupo mais representativo, de forma a dar mais legitimidade ao tratamento da estabilidade financeira e política. Desde então, segundo as circunstâncias internacionais, sua agenda tem sido ampliada para novos temas, e o que tem sido focado no momento é a crise econômica iniciada em 2008.

A urgência do tópico demandou dos países membros uma maior atenção às necessidades impostas pela crise, tais como uma maior regulação dos mercados e uma liberalização comercial mais efetiva.

Uma das questões recorrentes trabalhadas nos encontros é acerca dos protecionismos. É compartilhada entre os membros do G20 a total discordância quanto a implementação de medidas que possam restringir o comércio e os investimentos [ver também: [Informe sobre o G20: Medidas de investimento e comércio](#)]. Contudo, ainda é possível perceber as várias medidas protecionistas empregadas pelos países no momento posterior a crise, como forma de proteger suas economias nacionais.

Os países se comprometeram a manter os estímulos às suas economias até que a recuperação da economia global esteja consolidada. Esse é um tipo de ação coordenada que o grupo se dispôs a fazer em

prol da melhoria das condições econômicas mundiais. Além disso, também assumiram compromissos de aumentar o financiamento destinado ao combate às mudanças climáticas, atuando juntos em conferências internacionais para tal fim. Ações como estas demonstram a predisposição do grupo em assumir um papel na administração da economia mundial sem sobreposição de papéis.

Em que medida isso será efetivo dependerá do comportamento e da aquiescência dos membros do G20 quanto aos compromissos firmados entre eles. As últimas reuniões mostraram que os países têm alcançado um bom nível de concordância quanto a uma nova regulação financeira e uma nova estrutura para um crescimento sustentável da economia global.

De acordo com alguns analistas, um dos mais importantes resultados das cúpulas é a simbologia por trás das mesmas, uma espécie de “renovação” dos princípios clássicos de poder que regem as relações internacionais. Mesmo assim, supervalorizar os resultados das políticas determinadas por este grupo é um equívoco. O G20 pode ser um bom veículo de coordenação para políticas econômicas internacionais, mas ainda está distante de um projeto ideal de governança política internacional.

A idéia de coordenação econômica ainda é pautada nos padrões preferidos por países como os constituintes do G8. Contudo, a emergência de outros como os BRICs⁵ [ver também: [Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias](#)] demonstra a necessidade de reformulação dos padrões de políticas econômicas, visto certas mudanças no grupo de líderes econômicos mundiais.

A diversidade do grupo também pode ser crucial para a realocação de poder dentro do cenário internacional. A interdependência econômica existente na atualidade deixa mais sensível a relação entre os Estados e, além disso, a crescente importân-

cia de assuntos relacionados a dinâmicas concernentes aos direitos humanos, por exemplo, tem mudado o comportamento dos mesmos. Os interesses nacionais ainda são prioridades para eles, contudo, a globalização e a crescente participação da sociedade civil nas tomadas de decisão têm demandado dos líderes mundiais posturas menos economicistas.

Essa transformação nas preocupações mundiais também se deveu à crise internacional, que teve grande impacto sobre o bem-estar dos cidadãos de todo o mundo. Os países em desenvolvimento tratam esse assunto com grande ênfase, e esta tem sido uma de suas maiores reivindicações nos fóruns internacionais, a melhoria da qualidade de vida de sua população. A crescente participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional e em outras áreas para além de suas fronteiras tem causado impacto na comunidade internacional no que tange a capacidade de posicionamento dos países para reivindicar seus interesses.

A adoção de novos temas em agendas como na OMC, por exemplo [ver também: [OMC reabre a Rodada de Doha](#)], é uma demonstração desse redimensionamento da ordem mundial. As mudanças ainda são pequenas, mas já é possível inferir que continuarão a acontecer cada vez mais e de forma mais clara. O G20 pode ser um dos primeiros passos para a concretização dessa nova ordem agora, realmente, multipolar.

⁵ Brasil, Federação Russa, Índia e China.

Referências

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Foreign Policy

<http://foreignpolicy.com/>

Le Monde Diplomatique Brasil

<http://diplo.uol.com.br/>

Folha On-line

<http://www.folha.uol.com.br/>

Ver Também:

30/03/2007: [OMC reabre a Rodada de Doha](#)

20/10/2009: [Informe sobre o G20: Medidas de investimento e comércio](#)

17/11/2009: [Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias](#)

Palavras-chave: G20, G8, ordem econômica, crise econômica, países emergentes.

O Mundo Pós-Americano de Fareed Zakaria

Resenha
Segurança

Daniel Peluso Rodrigues da Silva
22 de Fevereiro de 2010

Composto por argumentos consistentes, dados precisos e análises instigantes, Fareed Zakaria apresenta em seu livro a perspectiva de uma conjuntura internacional que se distancia do senso comum defensor de relações antiamericanas, mas propõe um quadro no qual a “ascensão do resto” imprime a configuração de um mundo pós-americano.

Seria interessante iniciar esta resenha com a primeira frase da obra do cientista político indiano Fareed Zakaria: “Este livro não é sobre o declínio dos Estados Unidos da América, mas sobre a ascensão de todos os outros países.”(p.11) Esta grande transformação que está acontecendo nas Relações Internacionais deve-se, segundo o autor, a três mudanças cruciais que aconteceram na história. A primeira delas foi a “ocidentalização” do mundo, que teve início no século XV e acelerou-se no século XVIII, deixando como herança a modernidade - ciência, tecnologia, comércio, capitalismo, revoluções agrícolas e industrial - bem como o domínio político das nações ocidentais do hemisfério norte. A segunda foi a ascensão dos Estados Unidos, que desde o último século dominam as esferas econômicas, políticas, científicas e culturais do mundo. De acordo com o autor, estamos vivendo atualmente no período da terceira grande mudança ocorrida desde o século XV - a “ascensão do resto.” Ao longo das últimas décadas, países de todo o mundo vêm experimentando taxas de crescimento elevada. “Em 2006 e 2007, 124 países cresceram a uma taxa de 4% ou mais. Esse número inclui mais de trinta países da África, dois terços do continente.”(ZAKARIA, 2008, p. 12) Não somente no aspecto econômico, tais países

começaram a se destacar no âmbito político através de participações expressivas nas variadas organizações internacionais, obtendo vitórias e concessões em múltiplos temas de agenda.

Mediante este quadro apresentado, Zakaria sugere que “estamos nos dirigindo para um mundo pós-americano, definido e dirigido a partir de muitos lugares e por muita gente.”(ZAKARIA, 2008, p. 13) Sendo assim, seu objetivo primordial é entender quais são os desafios e constrangimentos impostos à grande potência dominante e como se configurará este novo sistema composto por um número expressivo de atores relevantes. Em suma, o que significará viver num mundo pós-americano.

A ascensão do resto

No esforço de compreender as altas taxas de crescimento dos países, o autor aponta que as turbulências no sistema internacional de Estados foram responsáveis por refletir uma mistura entre tumulto político e crescimento econômico. A virada do século XIX para o século XX e o pós-guerra dos anos 1950 e início da década de 1960 são exemplos reais desta constatação. Esses dois períodos possuem um viés comum: países grandes estavam entrando na economia

mundial, impondo suas aspirações e mudando sua forma. No final do século XIX, tal situação é percebida com a crise nos Bálcãs, litígios no norte da África e outras regiões de tensão, porém a economia mundial se expandia apesar dos pontos de atrito e da corrida armamentista. No pós-Guerra Fria, este quadro parece se repetir, pois apesar dos focos de tensão existentes entre Estados Unidos e União Soviética, como por exemplo a crise dos mísseis, disputas pelo controle do canal de Suez, a Guerra do Vietnã, a Baía dos Porcos e toda rivalidade entre capitalismo e socialismo, não impediram que a industrialização seguisse a todo vapor, sendo acompanhada de um expressivo crescimento econômico, fazendo nascer os chamados “tigres asiáticos¹”.

Zakaria coloca que “estamos passando por uma terceira expansão desse tipo da economia global – de longe a maior delas. Nas últimas duas décadas, cerca de 2 bilhões de pessoas entraram no mundo dos mercados e do comércio internacional. [...] Entre 1990 e 2007, a economia global cresceu de 22,8 trilhões de dólares para 53,3 trilhões de dólares, e o comércio mundial aumentou em 133%.” (ZAKARIA, 2008, p.30) Os Estados Unidos dominaram nas últimas duas décadas sem um rival que pudesse o questionar, porém as potências estão em movimento e deixarão um grande rastro no mapa. Ao dizer sobre as grandes potências em movimento, o autor foca-se nas duas grandes nações do leste asiático: China e Índia.

Ao analisar estas duas gigantes asiáticas, Zakaria concentra-se em compreender os impactos que o sucesso destas podem trazer ao mundo moderno. Para citar alguns deles, pode-se ater inicialmente a

questão ambiental. O rápido crescimento muitas vezes não foi acompanhado de uma atenção preliminar em relação aos impactos ambientais advindos de variados setores. Sabe-se que a energia produzida pelo carvão é a de custo expressivamente inferior às outras matrizes energéticas, porém destaca-se como a de maior poluição e emissão de gases no meio ambiente. Só este ano, a China poderá superar a produção de 2 milhões² de toneladas de carvão. Nas últimas olimpíadas que aconteceram em Pequim (2008), algumas fábricas tiveram que ser paralisadas ou diminuir sua produção, para que a emissão de gases e a poluição não prejudicassem o desempenho dos atletas. Outro desafio imposto pelas duas populosas nações da Ásia se estabelece em relação a mão-de-obra. Fatores como leis trabalhistas flexíveis, aliado a um enorme estoque de mão-de-obra, são responsáveis por gerar um quadro diferente do mercado de trabalho. Observa-se que os salários pagos aos trabalhadores chineses e indianos são infimamente menores do que os salários pagos no ocidente. Tal conjuntura impõe novas formas e mudanças na forma de produção dos países do centro e a relação com seus trabalhadores. Outro grande desafio com relação ao sucesso e ascensão do resto se estabelece pelo preço da relação existente entre a oferta e demanda de *commodities*³. O crescimento sucessivo e significativo destes países acaba gerando uma pressão de demanda sobre os preços, que se elevam ocasionando um processo inflacionário. Tal situação é percebida principalmente nos preços do petróleo que é controlado pela OPEP – Associação dos Países Produtores de Petróleo.

Assim, a ascensão do resto, ou seja, o

¹ Tigres asiáticos são países do leste da Ásia que apresentaram grandes taxas de crescimento e rápida industrialização entre as décadas de 1960 e 1990. São eles: Hong Kong, Coréia do Sul, Singapura e Taiwan.

² Dados da Câmara de Comércio Brasil-China. (2009). http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=1927

³ Ver glossário.

crescimento expressivo de vários países e em especial da China e da Índia, impõe determinados constrangimentos e desafios, gerando a necessidade de reformas em algumas Organizações Internacionais, bem como o posicionamento mais assertivo em relação a estes países. Ações direcionadas e implementadas de forma coordenada devem ser discutidas com um número maior de países, com o objetivo de obter propostas e políticas que satisfaçam também o interesse emergente dos países em franco crescimento, ou seja, do “resto”.

Ainda neste tema, Zakaria apresenta as principais características da superpotência dominante: os Estados Unidos. Os norte-americanos são de longe a maior economia do mundo, a maior potência militar e sem dúvida nos últimos anos se preocuparam em difundir sua cultura pelo mundo, através dos ideais democráticos, do livre comércio e da abertura dos mercados nacionais. Durante sessenta anos, políticos e diplomatas americanos percorreram o mundo pressionando os países a abrirem seus mercados, democratizarem sua política e adotarem o comércio internacional e a tecnologia. Aguçaram a capacidade dos povos de todo o mundo a competir na economia global, liberar suas moedas e desenvolver novas indústrias. Parece que muitos países seguiram este receituário e se deram muito bem com o capitalismo proposto pelo Tio Sam. Porém, o autor coloca que é possível observar uma certa desconfiança dos Estados Unidos em relação a estes termos, no qual os norte-americanos estariam suspeitando das mesmas coisas que sempre elogiaram: mercado aberto, livre-comércio, imigração e mudança tecnológica. Os norte-americanos não se preocupam em aprender novas culturas e novas línguas, ao contrário, têm seguido uma linha fechada e repulsiva em relação a outras visões de mundo. O que não é do interesse deles é simplesmente ignorado e tratado como inexistente. Estes são alguns exemplos de um país que lidera um

mundo desconhecido pela maioria da sua população nacional. O autor coloca que um dos maiores desafios enfrentados pelos Estados Unidos seria exatamente não conhecerem e não serem abertos ao mundo que eles mesmos ajudaram a “globalizar”.

Um mundo não-ocidental?

Nesta seção, o autor aborda a cultura não-ocidental e como o oriente em certos aspectos foi superior ao ocidente. Após essa explanação, Zakaria aponta basicamente dois questionamentos que o instigam: 1) Por que os países não-ocidentais ficaram parados enquanto o Ocidente avançava? 2) Por que o comercialismo da Ásia – tão importante agora – esteve enterrado durante séculos? (p. 71 e 73)

Ao apresentar elementos da cultura não-ocidental, o cientista político aponta áreas nas quais o oriente estava mais desenvolvido do que o ocidente, propondo ao leitor um distanciamento da percepção de que os povos do ocidente são mais evoluídos e civilizados do que os povos que integram a área oriental do globo. Em campos tão diversos como a matemática, física, medicina, antropologia e psicologia, os orientais se destacaram e forneceram o pano de fundo para novas descobertas. Foram os povos do oriente que inventaram os números arábicos e o conceito de zero. “A palavra álgebra vem de *Al-Jabr wa-al-Muqabalah*, título de um livro de um erudito árabe. As palavras algarismo e algoritmo derivam do seu nome, *al-Khwarizmi*.” (ZAKARIA, 2008, p. 65) A forma de organização militar dos otomanos era elogiada por seus rivais ocidentais. A Índia ostentava destaque no campo científico, artístico e arquitetônico. Meados do século XIV, a China se mostrava como detentora de diversas tecnologias como: pólvora e estribos.

Ao tentar responder as perguntas

propostas, o autor está convencido de que não há uma resposta certa. Porém, ele indica fatores determinantes para o avanço ocidental e a estagnação dos povos do oriente. Direitos de propriedade privada, boas instituições de governo e uma sociedade civil forte (ou seja, não dominada pelo Estado) foram nitidamente essenciais para o crescimento da Europa e posteriormente dos Estados Unidos. A grande dificuldade das sociedades orientais após o século XV foi à escassez destes elementos. Na China a corte Ming era sempre dirigida por mandarins que desprezavam as relações de comércio com vizinhos e outras sociedades mais distantes, na Índia os comerciantes recebiam títulos hierárquicos inferiores dentro do sistema de castas. Não diferente de chineses e indianos, os mongóis e otomanos eram guerreiros e aristocratas que julgavam o comércio como uma atividade inferior e sem importância.

Ao empreender esforço para responder a segunda questão proposta, o autor apresenta o argumento de que o comercialismo na região asiática não se desenvolveu por causa da estrutura de seus Estados. “A maioria dos países asiáticos tinha Estados predatórios centralizados e poderosos que extraíam tributos de seus súditos sem oferecer muito em troca. Do século XV ao XIX, os governantes asiáticos se enquadraram, em larga medida, no estereótipo do tirano ocidental.” (ZAKARIA, 2008, p. 73) Com o passar dos séculos, o contato da Europa com o mundo foi de alguma forma transformando essas práticas nas sociedades orientais. Zakaria reserva, assim, uma seção exclusiva do livro para abordar a “ocidentalização” do mundo e os benefícios e malefícios desta invasão de costumes e práticas ocidentais no oriente.

“O Roubo da história” de Jack Goody (2008), também apresenta argumentos nessa linha de raciocínio. Desde invenções como pólvora, bússola, papel e macarrão, até valores como democracia, capitalismo, individualismo e amor, são elementos já

presentes na cultura oriental, sendo possível através de uma perspectiva histórica fornecer uma base empírica para a compreensão do “milagre japonês”, o surgimento dos “tigres asiáticos” e até mesmo o recente e expressivo crescimento chinês.

O dragão e a águia

Zakaria direciona sua análise para um foco, ou melhor, para um grande e imenso foco: a China. Dentre outros argumentos, centra-se principalmente nas relações de Pequim com os Estados Unidos e aponta as vantagens e desvantagens deste país que não consegue mais se esconder da atual conjuntura internacional.

Ao abordar o regime político da China, o autor novamente se distancia de uma conclusão precipitada. Muitos liberais ocidentais diriam que tal regime político estaria fadado ao fracasso econômico, social e também político, acreditando que este tipo de governo estabelecido pelo comunismo e o controle estatal em diversas áreas poderia conduzir o país mais populoso do mundo a uma incongruência com o modo capitalista de produção.

Porém Zakaria aborda exatamente o contrário. Não que ele se coloque como defensor de regimes autoritários, mas aponta que o regime político autoritário e intervencionista da China é mais eficiente do que a democracia em diversos pontos. Para citar alguns exemplos, tomemos primeiramente o âmbito econômico. O Estado chinês realiza intervenções na economia na medida em que julgue necessário que tal manobra gerará ganhos para o país. O maior exemplo é a fixação da desvalorizada taxa de câmbio. Tal medida fomenta as exportações e equilibra o balanço de pagamentos do país. Não há congressista, senador ou até mesmo pressões advindas de outros países que derrubem esta medida. Outro exemplo é

na questão da inovação, tecnologia e pesquisa de desenvolvimento. No início do período letivo de cada ano, o governo central chinês estabelece um número considerável de bolsas de mestrado e doutorado nas mais diversas áreas de engenharia, economia e informática. Após essa decisão, está lançado o processo seletivo e concedidas as bolsas de estudo, ou seja, em um processo quase instantâneo que não carece de aprovação e votação de orçamento nas câmeras federais. Assim, no curto prazo, o regime de governo chinês tem desenhado uma certa eficiência na forma de governar e de gerar crescimento econômico para o país. Porém, Zakaria alerta que no longo prazo a China para se sustentar no sistema vigente, deverá (em alguma instância) reformar sua maneira de governar.

Outra característica que faz da China um gigante competidor é a sua população. Sua população é grande em quantidade e com uma faixa etária de jovens considerável. A população europeia está envelhecendo e os problemas com a previdência social e o setor de saúde já começam aparecer. Em contrapartida, a jovem e volumosa população chinesa apresentam-se como a maior população economicamente ativa do mundo e a maior força de trabalho do mundo.

Por fim, Zakaria deixa escapar algumas inquietações no que diz respeito às relações entre Estados Unidos e China, e quais seriam as estratégias da Casa Branca para lidar com prováveis desafios. Segundo ele, várias situações podem ser propostas. Uma China capaz de exibir seus músculos e ameaçar seus vizinhos; ou a situação um pouco inversa, no qual os chineses continuariam crescendo e expandido seus laços comerciais de forma moderada e lentamente iriam aumentando sua influência no mundo; ou ainda se aos poucos os chineses colocassem Washington para “escanteio” na Ásia para desgastar a paciência e a resistência dos norte-americanos; ou se a China se posicionasse sem alarde como

um contraponto a arrogância e intimidação dos Estados Unidos. A grande questão é como os americanos se portarão frente a estes prováveis quadros. Ou seja, a China surge como um desafio novo para os Estados Unidos. Resta saber se os norte-americanos estão realmente preparados para lidar com este dragão.

Ikenberry em seu artigo “*The Rise of China and the Future of the West - Can the Liberal System Survive?*” de 2008, apresenta alguns argumentos relevantes, que direcionam a conclusões sobre os questionamentos colocados por Zakaria.

Segundo o autor, a atual Ordem Internacional é fundamentalmente diferente do passado, no qual se caracteriza como aberta, integrada, gerida por regras básicas com amplas e profundas fundações políticas, onde o poderio nuclear, diferentemente do período de Guerra Fria, tem uma determinação reduzida nas relações entre grandes potências.

Na perspectiva destes argumentos, Ikenberry coloca que devem ser criados maiores incentivos para a integração da China, aumentando assim as chances que o sistema liberal irá sobreviver mesmo após uma relativa diminuição de poder dos EUA. Nesse sentido encontra-se um dos prováveis motivos para a proposta de Roosevelt em incluir a China como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ikenberry argumenta ainda que o caminho para a manutenção do regime liberal criado e mantido pelos EUA deve seguir a seguinte máxima: “O caminho para a potência mundial é executado através da ordem econômica ocidental e suas instituições multilaterais.” (Ikenberry, 2008, p. 7) Ou seja, deve-se criar um ambiente propício para “acomodar” esse crescimento e pretensões chinesas dentro dos termos ocidentais. Nessa perspectiva, o autor acredita que os Estados Unidos devem assumir algumas

posturas bem definidas para a manutenção do regime liberal: 1) admissão da China nas instituições econômicas internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; 2) devem defender a ordem ocidental reforçando o engajamento, integração e contenção; 3) devem renovar seu apoio às instituições multilaterais de amplo alcance, principalmente no âmbito econômico e da segurança (Conselho de Segurança); 4) evitar os acordos bilaterais ou “minilaterais”; 5) devem redobrar seus esforços no sentido de integração crescente com os países em desenvolvimento no que diz respeito às instituições mundiais. (IKENBERRY, 2008)

A vaca e a águia

Ao abordar a maior democracia do mundo, Zakaria deixa toda a modéstia de lado e demonstra uma desenvoltura característica de um indiano legítimo que analisa seu país maravilhado e esperançoso com o progresso e o crescimento econômico experimentado pela Índia.

Integrante dos BRIC’s⁴, diferentemente da China, a Índia ainda é uma promessa para o futuro. Porém, já no presente apresenta números animadores, que indicam o que poderá se tornar o segundo gigante de população do mundo. A taxa de pobreza vem caindo a cada ano e o setor privado se coloca mais dinâmico.

No aspecto político, o autor chama a atenção para os 60 anos de democracia indiana. Ele reconhece que em algumas instâncias o “governo do povo” favorece espaço para o populismo, a demagogia e as protelações. Mas favorece também a estabilidade no longo prazo. Zakaria

⁴ Grupo de países que obtiveram crescimento econômico considerável e ascensão política de destaque no âmbito internacional. São estes países: Brasil, Índia, China e Rússia.

propõe um exemplo para ilustrar esta estabilidade política. Suponha-se que alguém queira saber qual será o regime político indiano daqui 50 anos. O autor aponta que muito provavelmente a resposta seja: da mesma forma como hoje, ou seja, uma democracia. O autor sugere que no curto prazo o regime democrático indiano pode emperrar algumas decisões relevantes e procrastinar medidas que deveriam ser tomadas em virtude do caminho burocrático a ser seguido. Ademais, no longo prazo, tal regime político é sinônimo de estabilidade e segurança política. No final de suas colocações sobre esse aspecto, Zakaria aponta que a China terá – em algum momento – que realizar esta transição, podendo ser de forma dura e problemática.

Para falar das relações Estados Unidos-Índia, o autor apresenta um enfoque histórico, ou seja, a herança colonial indiana que facilitou as relações com os norte-americanos. Muitos dizem que a maior herança deixada pela coroa Britânica foi o idioma inglês oficial para algumas classes do país. Mas a influência dos ingleses na cultura indiana foi além do idioma falado. Nos vastos anos de colonização, o modo de produção, as técnicas para se construir ferrovias e estradas, a maneira capitalista de realizar negociações de comércio, de alguma forma foram assimiladas pelos indianos.

Esta herança recebida proporcionou aos indianos uma certa identificação com os Estados Unidos. Um exemplo deste pró-americanismo indiano é percebido nas últimas décadas como o fenômeno chamado de “evasão de cérebros”, no qual um grande número de estudantes indianos viajam para os EUA para estudar nas melhores universidades e centros de tecnologia norte-americanos. Os indianos têm os norte-americanos como exemplo, principalmente na área de tecnologia da informação. O maior sonho de um jovem daquele país é conseguir uma bolsa de estudos para as melhores universidades

do ramo nos Estados Unidos. Ao retornarem a Índia, tais jovens conseguem implantar idéias, criar projetos inovadores e desbravar um novo caminho: o crescimento das pesquisas e desenvolvimento no país, colocando a Índia em posição de destaque no que tange ao setor de serviços e mais especificamente da área de tecnologia da informação.

Zakaria apresenta também que a religião Hindu é grande responsável pela facilidade que os indianos tem em se estabelecer em novas culturas e absorver o que é bom e útil dos outros povos. Neste aspecto, os indianos estão um pouco à frente da fechada e tradicional sociedade chinesa. De acordo com o autor, os hinduístas, maioria na Índia, são extremamente tolerantes a novos pensamentos, idéias e costumes, podendo assim reter com maior habilidade o que realmente será produtivo para o sucesso da sociedade indiana.

O poder americano

Neste capítulo, o autor se dedica a analisar historicamente a ascensão dos Estados Unidos enquanto grande potência mundial. Para essa análise, ele utiliza uma reflexão sobre o período hegemônico da Grã-Bretanha e compara a liderança dos Estados Unidos com o período hegemônico inglês. Enquanto a liderança Britânica durou algumas décadas sem um rival, a liderança dos Estados Unidos já dura 130 anos. A economia norte-americana tem sido a maior do mundo desde meados da década de 1880. “Em 2025, a maioria das estimativas sugere que a economia americana ainda terá o dobro do tamanho da chinesa em termos de PIB nominal (em termos de poder de compra, porém, a defasagem será menor).” (ZAKARIA, 2008, p. 195) No aspecto militar, os Estados Unidos gastam mais com pesquisa e desenvolvimento na área de defesa do que o resto do mundo. De

certo, demorará algumas décadas para que algum outro país venha ultrapassar tamanha superioridade norte-americana.

Zakaria acredita que o verdadeiro teste para os Estados Unidos não seja no âmbito econômico ou militar de defesa, mas sim na esfera política. O autor coloca que a “política do não fazer nada” é hoje uma realidade do sistema político norte-americano. Os interesses especiais, lobbies, gastos clientelistas e satisfação de grupos de interesse são responsáveis por conduzir o processo político norte-americano para uma direção que se tornou muito mais partidária e ineficaz, do que realmente produtiva e eficiente. Este quadro emerge como ótimo para a realização unilateral de grupos de interesse, mas extremamente complicado para governar e gerir políticas para as diversas arenas que uma potência deve responder.

Esse desafio político se reflete tanto no âmbito interno como principalmente no âmbito externo. “Como os Estados Unidos se portarão mediante um mundo em que outros países avançaram? Pode Washington realmente aceitar um mundo com diversidade de vozes e pontos de vista? Os Estados Unidos podem prosperar num mundo que não podem dominar?” (ZAKARIA, 2008, p. 228) São a estas demandas que a política norte-americana deve responder, sendo que uma mudança de postura é necessária.

A finalidade americana

No último capítulo do livro, Zakaria tem o esforço de apresentar como deveria ser a atuação dos Estados Unidos neste mundo pós-americano. Para tanto, ele apresenta 5 pautas simples que devem ser observadas pelos tomadores de decisão de Washington. 1) *Escolher*: A supremacia norte-americana não significa que Washington possa realizar ou responder a todas as questões a ele impostas. Zakaria

observa que a política externa norte-americana deve focar-se em decisões estratégicas e de ganhos concretos para o país. Não adianta querer “jogar” em todas as esferas e desejar estabelecer interesses estritos em todos os níveis da política internacional. A Casa Branca deverá concentrar-se em arenas nos quais o custo seja o menor possível, e o ganho seja o mais elevado para a população dos Estados Unidos; 2) *Promover normas amplas, não interesses estreitos*: Em um mundo que configura com um ordenamento diferente (ascensão do resto), os Estados Unidos deveriam criar uma estrutura de normas, práticas e valores à qual o mundo deverá obedecer. Dessa forma, evitaria que o crescimento e emergência de novas potências no globo se transformem em um espiral competitivo, onde cada uma defenderá interesses particulares e vantagens próprias podendo levar a uma instabilidade do sistema; 3) *Ser Bismarck, não a Grã-Bretanha*: a Grã-Bretanha em seu período hegemônico tentou ir contra as forças potenciais que surgiam na Europa. Já Bismarck, procurou se envolver com todas as grandes potências e manter relações melhores com elas. O autor entende que contrabalançar potências em ascensão seria uma opção perigosa e desestabilizadora. Para ele, a aproximação dos Estados Unidos com os países que têm apresentado expressivo crescimento econômico seria a melhor política para ordem do sistema, aproximando-se basicamente da questão levantada por Ikenberry citada acima; 4) *Ordem à la carte*: Os diplomatas de Washington, na formulação de sua política externa, deveriam adotar um tipo de ordem *ad hoc*, ou seja, um “multilateralismo à la carte”. Para algumas decisões a ONU será importante. Para outras seria melhor utilizar a OEA. Em algumas instâncias talvez seja necessário ir ao Conselho de Segurança. Em outros assuntos possivelmente seja melhor uma parceira público-privada com a atuação de Organizações não Governamentais.

Dessa forma, Washington deve adotar uma política conciliadora, flexível e adaptável com o objetivo de produzir melhores resultados na política internacional; 5) *Pensar assimetricamente*: Zakaria aponta que o poderio militar norte-americano é indiscutível, porém este não tem sido traduzido em intervenções eficientes. Ele apresenta o exemplo da Guerra contra o Iraque e acredita que só a força militar não é suficiente para o sucesso desta intervenção. O autor aponta que os Estados Unidos devem dar tratamento assimétrico aos diversos desafios a ele imposto. Terá situações que a diplomacia será a melhor opção. Terá outras situações que a busca de alianças poderá diminuir os custos. Ainda terá outras circunstâncias que o uso da influência será eficiente para a solução. Com certeza o uso do poder militar deverá ser utilizado, mas em determinadas situações nas quais outras estratégias sejam incapazes de corresponder ao resultado esperado. (ZAKARIA, 2008)

Finalmente, para que os Estados Unidos prosperem nesta nova e desafiadora era, para que tenham sucesso em meio à ascensão do resto, a maior potência do mundo precisa superar apenas a um teste. Tornar-se um lugar convidativo e excitante, no qual todos os outros países respeitem e sigam o sistema liberal e democrático por ele proposto.

Chegar ao *status* de potência certamente foi um exercício árduo e penoso para os Estados Unidos. Mas permanecer como o maior líder global ultrapassa qualquer desafio. É como diz um velho ditado: “É fácil ser líder, o difícil é permanecer líder”. A conjuntura Internacional realmente demonstra sinais de mudança em relação àquela velha disparidade, em que prevaleciam as decisões de meia dúzia de países ricos (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Canadá, Itália e Japão) em detrimento do restante do mundo, que era tacitamente levado a cumprir tais resoluções.

Os países considerados emergentes emergiram, buscando também o seu lugar ao sol na cena internacional. Não é possível mais pensar as Relações Internacionais sem levar em consideração países como a China, Índia, Brasil, México, África do Sul e alguns outros.

Este novo “desenho” do Sistema Internacional requisitará da potência alguns posicionamentos criativos e nunca dantes visto. A capacidade de perceber quais são estes posicionamentos será crucial para que os Estados Unidos permaneçam como líderes mundiais. Reformas no Conselho de Segurança, maior engajamento nas questões ambientais, decisões estratégicas e não meramente políticas, reforço das instituições já existentes (OMC, Banco Mundial, ONU) seriam algumas opções, ao menos interessantes, para que os tomadores de decisão de Washington consigam que os Estados Unidos sobrevivam como potência global neste mundo pós-americano.

Referência

GOODY, Jack. **O Roubo da história**: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do ocidente. Editora: Contexto, 2008.

IKENBERRY, John. **The Rise of China and the Future of the West - Can the Liberal System Survive?** Foreign Affairs, January/February. 2008.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Celso Augusto de Freitas Filho; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>